

ÍNDIA

REPÚBLICA DA ÍNDIA

Chefe de Estado:	Pratibha Patil
Chefe de governo:	Manmohan Singh
Penal de morte:	retencionista
População:	1.241,5 milhões
Expectativa de vida:	65,4 anos
Mortalidade de crianças até 5 anos:	65,6 por mil
Taxa de alfabetização:	62,8 por cento

O governo manteve-se focado no crescimento económico, por vezes, à custa da proteção e da promoção dos direitos humanos dentro do país e no exterior. Aproximadamente 250 pessoas foram mortas devido aos constantes combates entre maoístas armados e forças de segurança em diversos estados das regiões central e leste da Índia. Pelo menos 40 pessoas foram mortas em atentados à bomba em Mumbai e Déli. A campanha conduzida por Anna Hazare, pela adoção de leis mais abrangentes de combate à corrupção, obteve alguns êxitos iniciais; porém, o projeto de lei não foi aprovado no Parlamento. As comunidades adivasis (aborígenes) intensificaram os protestos contra as tentativas das corporações de adquirir e explorar os minérios de suas terras sem o seu consentimento livre, prévio e informado, conseguindo que alguns projetos fossem suspensos. As autoridades adotaram novos marcos jurídicos alterando questões relativas à aquisição de terras, restituição e mineração. Os defensores dos direitos humanos enfrentaram a ira de órgãos estatais e não estatais, alguns deles tendo sido indiciados por subversão e por outras acusações de caráter político. Muitos foram ameaçados, hostilizados e intimidados, e, pelo menos, quatro ativistas foram mortos.

As autoridades estenderam o convite permanente a todos os mecanismos de Procedimentos Especiais da ONU para que visitem o país. No entanto, tortura e outros maus-tratos, execuções extrajudiciais, mortes sob custódia e detenções administrativas foram praticadas extensivamente em diversos estados. Ainda se aguardava que as novas iniciativas jurídicas para criminalizar a tortura produzissem resultados. Os mecanismos institucionais para a proteção dos direitos humanos permaneceram fracos, e os procedimentos judiciais para assegurar justiça às vítimas de violações passadas, tais como execuções extrajudiciais e assassinatos em massa, foram lentos. Esta situação manteve-se mesmo depois da adoção de novas leis para garantir justiça e reparação às vítimas dos episódios de violência intercomunitária. As violações e abusos do passado continuaram a não ser tratadas no âmbito das atuais iniciativas de paz para Nagaland e Assam. Os tribunais sentenciaram pelo menos 110 pessoas à morte; porém, pelo sétimo ano consecutivo, nenhuma execução foi realizada.

Antecedentes

O rápido crescimento económico verificado em alguns setores urbanos essenciais desacelerou, em parte como consequência da recessão global e da subida da inflação. O crescimento dos últimos anos praticamente não atingiu vastas áreas do território rural da Índia, onde a pobreza endêmica em que as comunidades viviam foi agravada pela estagnação do setor agrícola e por problemas de segurança alimentar. Segundo

estimativas oficiais, entre 30 a 50 por cento da população da Índia vivia na pobreza. Pelo menos 15 por cento da população vivia em condições precárias nos bairros degradados nas áreas urbanas, sem acesso adequado a cuidados de saúde, a água, a comida e a educação.

A eleição da Índia para o Conselho de Segurança e para o Conselho de Direitos Humanos da ONU veio sublinhar sua posição de destaque a nível internacional e regional. O país deu passos positivos para colaborar com os mecanismos de Procedimentos Especiais das Nações Unidas. Em janeiro, o relator especial da ONU sobre a situação dos defensores dos direitos humanos visitou a Índia a partir de um convite oficial. Em setembro, numa ação inédita, as autoridades emitiram um convite permanente a todos os procedimentos especiais temáticos da ONU.

Houve relutância das autoridades em manifestarem-se relativamente às crises de direitos humanos ocorridas na região e noutros lugares. A Índia manteve o silêncio em relação às violações cometidas no curso dos dramáticos eventos no Médio Oriente e no Norte de África, bem como em relação àquelas cometidas no vizinho Myanmar. O país também não apoiou os pedidos para que o Sri Lanka fosse responsabilizado pelas violações cometidas em 2009, no final da guerra que assolou aquele país.

Violência entre forças de segurança, milícias e maoístas

No estado de Chhattisgarh, prosseguiram os confrontos entre os maoístas armados e as forças de segurança ajudadas pela milícia Salwa Judum, apoiada por este estado. Ambos os lados e de modo rotineiro atacaram civis, sobretudo adivasis, e cometeram assassinatos, sequestros e incêndios criminosos. Só em Chhattisgarh, mais de 3 mil pessoas, incluindo combatentes, foram mortos nos confrontos, desde 2005. Aproximadamente 25 mil pessoas permaneciam deslocados; cerca de 5 mil estavam a viver em campos e 20 mil estavam dispersos nos estados vizinhos de Andhra Pradesh e Orissa.

Confrontos similares, entre maoístas e forças do governo, aconteceram nas áreas adivasis de Orissa, em Jharkhand e em Bengala Ocidental. A suspensão das operações anti maoístas em Bengala Ocidental, desde maio, tem sido marcada por violência política e prisões. As iniciativas de paz malograram em novembro, após a morte do líder maoísta Koteswar “Kishenji” Rao, que teria sido executado extrajudicialmente.

Em julho, O Supremo Tribunal da Índia proferiu uma importante sentença que determinou o desmantelamento das milícias anti maoístas apoiadas pelo estado de Chhattisgarh, e que tinham cometido graves violações dos direitos humanos. As autoridades estaduais responderam dissolvendo as tropas e incorporando-as numa força auxiliar composta por 6 mil homens, ignorando as denúncias sobre seu envolvimento nestas violações.

■ Em janeiro, as forças policiais e de segurança de Orissa afirmaram terem matado a tiro 25 pessoas suspeitas de serem maoístas, em seis operações de combate distintas; porém, os ativistas de direitos humanos descobriram provas que indicavam que duas das vítimas eram ativistas que lutavam contra o uso de minas terrestres. As outras vítimas eram simpatizantes desarmados dos maoístas que foram detidos durante as incursões de busca e executados extrajudicialmente.

■ Em fevereiro, maoístas fizeram reféns dois funcionários distritais, durante nove dias, em Malkangiri, Orissa, e trocaram-nos por cinco líderes maoístas presos, que foram postos em liberdade condicional pelas autoridades.

■ Em março, mais de 300 polícias e milicianos da Salwa Judum envolvidos em operações anti maoístas atacaram as localidades de Morpalli, Timmapuram e Tadmella, no estado de Chhattisgarh, matando três moradores, agredindo sexualmente três mulheres e incendiando 295 casas. Os maoístas retaliaram matando quatro polícias das forças especiais e ferindo outros cinco. O ativista adivasi Lingaram, que tornou conhecidas as violações, e outro ativista, Soni Sori, foram presos em outubro sob várias acusações, como terem transferido fundos da companhia siderúrgica Essar para maoístas armados. Soni Sori foi torturado sob custódia da polícia. Ambos foram prisioneiros de consciência.

■ Em março, no estado de Jharkhand, os maoístas mataram Niyamat Ansari e ameaçaram seu parceiro Bhukan Singh, depois destes terem denunciado atos de corrupção envolvendo maoístas, empreiteiros locais e funcionários de órgãos florestais. Em julho, os maoístas também fizeram ameaças – posteriormente retiradas – contra quatro conhecidos ativistas, entre os quais Jean Dreze e Aruna Roy, depois destes terem criticado os maoístas pelos assassinatos.

■ Em setembro, maoístas armados mataram a tiro Jagabandhu Majhi, parlamentar do partido político estadual Biju Janata Dal, e o seu segurança, no distrito de Nabrangpur, em Orissa. Tentaram depois justificar o crime dizendo que o legislador estava envolvido em corrupção e extorsão.

■ Em outubro, forças de segurança envolvidas em operações anti maoístas agrediram sexualmente Shibani Singh, uma mulher de 29 anos do distrito de Midnapore Ocidental, Bengala Ocidental, quando tentavam prender novamente seu marido, que se encontrava em liberdade condicional.

Responsabilização das empresas

Em diversos estados, os protestos dos adivasis e de outras comunidades marginalizadas paralisaram projetos empresariais, propostos ou em curso, de atividades extrativas, de irrigação e outras, que afetariam os seus direitos às suas terras tradicionais. Em resposta, as autoridades propuseram rever os enquadramentos jurídicos desfasados e as práticas improvisadas que regiam os processos relativos à aquisição de terras e à mineração, oferecendo às comunidades reinserção monitorizada e a partilha de benefícios. Os protestos, todavia, prosseguiram, uma vez que as comunidades reclamaram que as leis recentemente adotadas e que garantiam seus direitos sobre áreas florestais, não estavam a ser devidamente aplicadas. As comunidades também argumentaram que as novas leis não resolviam a questão do seu consentimento livre, prévio e informado relativamente aos projetos.

■ Em junho, julho e novembro, os protestos pacíficos de agricultores inviabilizaram diversas tentativas da polícia de desaloja-los à força de terras comunitárias que tinham sido vendidas para uso da siderúrgica sul-coreana Pohong Steel Company (POSCO) num projeto proposto no distrito de Jagatsinghpur, Orissa. No seguimento dos protestos, os dois líderes agricultores, Abhay Sahoo e Narayan Reddy, foram detidos sob falsas acusações.

■ Em julho, o Tribunal de Instância Superior de Orissa confirmou uma decisão de 2010, tomada pelas autoridades indianas, de rejeitar a proposta da Vedanta Aluminium (empresa subsidiária da Vedanta Resources, com sede no Reino Unido) de ampliar sua refinaria de alumínio em Lanjigarh. As autoridades indianas tomaram essa decisão depois de concordarem com as constatações da Amnistia Internacional de que as atividades da refinaria violavam o direito da comunidade à água, à saúde e a um meio ambiente saudável, e de que sua expansão perpetuaria maiores abusos contra as comunidades adivasis. O tribunal determinou que a empresa voltasse a apresentar a solicitação de licença obrigatória para a ampliação; porém, a empresa recorreu desta decisão.

Uso excessivo da força

Em várias situações, a polícia usou força excessiva para dispersar manifestações de comunidades locais marginalizadas, como pequenos agricultores, adivasis e dalits. Além disso, as autoridades não realizaram investigações imparciais e rápidas à maioria destes incidentes.

■ Em setembro, sete dalits foram mortos quando a polícia disparou contra manifestantes que pediam a libertação do líder dalit John Pandyan, preso quando se dirigia para a cidade de Paramakkudi, no estado de Tamil Nadu, para comemorar o aniversário da morte de outro líder dalit, Immanuel Sekaran.

■ Em setembro, oito pessoas, todas muçulmanas, foram mortas quando a polícia, acompanhada de membros de uma milícia Gujjar, invadiu uma mesquita, disparando contra as pessoas. Depois disso, atearam fogo à localidade de Gopalgarrh, próximo de Bharatpur, no Rajastão.

■ Em fevereiro, duas pessoas foram mortas e cinco ficaram feridas quando a polícia disparou sobre manifestantes que protestavam contra a usurpação das suas terras para a construção de uma central termoelétrica, a ser administrada pela empresa East Coast Energy, na localidade de Vadditandra, estado de Andhra Pradesh.

■ Em abril, uma pessoa foi morta e outra ficou ferida quando a polícia disparou sobre moradores que protestavam contra os efeitos prejudiciais que resultariam da construção de uma central nuclear proposta pela empresa francesa Areva, na cidade de Jaitapur, estado de Maharashtra. Posteriormente, a polícia efetuou capturas, durante a noite, de manifestantes pacíficos que realizavam uma marcha de quatro dias, vindos de Mumbai.

■ Em maio, dois manifestantes e dois policiais foram mortos quando a polícia disparou contra camponeses na localidade de Bhatta Parsaul. Os aldeões tinham sequestrado três funcionários públicos, em protesto contra a decisão das autoridades de os desapropriar das suas terras para dar lugar à construção de uma via rápida próximo de Noida, nos arredores de Deli. Os policiais atacaram sexualmente sete mulheres e saquearam a localidade. Posteriormente, um tribunal de Noida indiciou 30 policiais por violação e roubo. Uma ordem do Supremo Tribunal declarou que parte da aquisição de terras era ilegal.

■ Em maio, duas pessoas foram mortas a tiros pela polícia durante desalojamentos forçados na cidade de Jamshedpur, estado de Jharkhand. Pelo menos 100 mil pessoas foram desalojadas à força nas cidades de Jamshedpur, Ranchi e Bokaro.

Defensores dos direitos humanos

As pessoas que defenderam os direitos dos adivasis e de outras comunidades vulneráveis, bem como aquelas que usaram uma legislação recente sobre o direito à informação, para obter informações para defesa dos seus direitos, foram perseguidas por órgãos estatais e não estatais. Os ativistas exigiram legislação que os proteja destes ataques – facto sublinhado, em janeiro, pelo relator especial da ONU sobre defensores dos direitos humanos.

■ Em abril, o prisioneiro de consciência Binayak Sen, condenado a prisão perpétua, em 2010, por um tribunal de primeira instância do estado de Chhattisgarh, depois de ter sido condenado por subversão e colaboração com maoístas armados, foi libertado, sob fiança, por decisão do Supremo Tribunal da Índia, após uma vigorosa campanha nacional e internacional.

■ Em junho, os ativistas ambientais Ramesh Agrawal e Harihar Patel foram presos, com base em acusações falsas, após tentarem proteger as comunidades locais contra a poluição industrial no distrito de Raigarh, em Chhattisgarh.

■ Em agosto, a ativista ambiental Shehla Masood foi morta a tiro na cidade de Bhopal. Ela procurava denunciar violações ambientais causadas por obras de infraestrutura urbana e tinha questionado os planos de mineração no estado de Madhya Pradesh.

■ Em novembro, Nadeem Sayed, testemunha no caso do massacre de Naroda Patiya, foi morto à facada, logo após ter prestado depoimento numa audiência do caso. Noventa e cinco pessoas foram mortas no massacre, ocorrido durante os distúrbios antimuçulmanos em Gujarat, em 2002.

■ Em novembro, Valsa John, uma freira ativista que atuava para proteger os direitos dos adivasis, foi assassinada após receber ameaças de morte, alegadamente de empreendimentos mineiros ilegais em Jharkhand.

Impunidade

A impunidade por abusos e violações continuou disseminada. Apesar dos contínuos protestos no nordeste e em Caxemira, as autoridades ainda se recusavam a revogar a Lei sobre os Poderes Especiais das Forças Armadas de 1958, ou a Lei das Áreas de Distúrbios, que concedem às forças de segurança, em determinadas áreas, o poder de atirar para matar, mesmo não estando sob risco iminente.

Os perpetradores de desaparecimentos forçados, de execuções extrajudiciais e de outras violações dos direitos humanos ocorridas no Punjab, entre 1984 e 1994, e em Assam, entre 1998 e 2001, bem como em Nagaland e Manipur, continuaram a escapar à Justiça. Em diversos estados, membros da comunidade dalit sofreram ataques e discriminações. Houve pouca vontade política para usar as leis especiais existentes a fim de processar os autores da violência.

Violência entre comunidades

Quase uma década após os tumultos de 2002, que mataram cerca de 2 mil muçulmanos em Gujarat, as primeiras condenações foram anunciadas.

■ Em março, um tribunal especial de Gujarat sentenciou 11 pessoas à morte e outras 20 à prisão perpétua por atarem um incêndio criminoso no comboio expresso de Sabarmati, que matou 59 peregrinos hindus e provocou os tumultos.

■ Em novembro, um tribunal especial de Gujarat sentenciou a prisão perpétua 31 dos 73 acusados do massacre de Sardarpura, que deixou 33 muçulmanos mortos. Tratou-se do primeiro de 10 casos de destaque a serem diretamente monitorizados pelo Supremo Tribunal da Índia.

As pessoas que trabalham para assegurar justiça para as vítimas de violações passadas em Gujarat continuaram a ser hostilizadas.

■ Em janeiro, Teesta Setalvad, do Centro por Justiça e Paz, e uma equipa de advogados que defende os direitos das vítimas e de suas famílias, foram hostilizados pela polícia de Gujarat, que os acusou de forjar provas relativas a uma sepultura coletiva onde estariam as vítimas.

Jammu e Caxemira

Continuou a impunidade pelas violações cometidas em Caxemira, tais como homicídios, tortura e desaparecimento de milhares de pessoas, desde 1989, durante o conflito armado naquela região. A grande parte dos homicídios de mais de 100 jovens às das forças de segurança, durante uma série de manifestações em 2010, também impune.

■ Em março, 15 anos após o assassinato do advogado de direitos humanos Jaleel Andrabi, as autoridades estaduais exortaram o governo federal a pedir a extradição dos EUA do major Avtar Singh, indiciado pelo homicídio, a fim de que seja julgado num tribunal de Srinagar. As autoridades federais ainda não responderam à solicitação.

■ Em setembro, a comissão estadual de direitos humanos identificou mais de 2.700 sepulturas anónimas no norte de Caxemira. Apesar da polícia local ter alegado que continham os corpos de "militantes não identificados", a comissão identificou 574 corpos como sendo os dos moradores locais desaparecidos, tendo pedido que as autoridades estaduais utilizassem reconhecimento por DNA e outras técnicas forenses para identificar os demais corpos. As autoridades ainda não atenderam à recomendação da comissão.

Em março, a Amnistia Internacional publicou um relatório em Srinagar, pedindo o fim das detenções administrativas na região e a revogação da Lei de Segurança Pública. Após o lançamento, as autoridades estaduais propuseram retificar a lei, de modo a limitar o período previsto para detenção, bem como reformar a legislação estadual de menores a fim de proibir a detenção de pessoas com menos de 18 anos de idade. Entretanto, as detenções com base na Lei de Segurança Pública prosseguiram de modo regular, enquanto diversos ativistas e líderes políticos permaneciam detidos sem acusação nem julgamento. Vários menores foram libertados após a intervenção da Amnistia Internacional.

■ Em maio, Murtaza Manzoor, de 17 anos, foi libertado depois de ter sido detido pela segunda vez. No início do mês, tinha sido libertado por ordem do tribunal de instância superior de Jammu e Caxemira, que anulou sua detenção de quatro meses.

Prisões e detenções arbitrárias

Mais de 50 pessoas foram detidas sem acusação, por períodos que variaram de uma semana a um mês, por envolvimento nos atentados à bomba em Mumbai e em Deli. A legislação de segurança, tornada mais rigorosa após os atentados de novembro de 2008 em Mumbai, foi utilizada para deter pessoas suspeitas. No entanto, as

investigações e os processos judiciais referentes à maioria dos casos passados de atentados terroristas pouco progrediram.

■ Em novembro, sete homens muçulmanos acusados dos atentados à bomba na cidade de Malegaon, em 2006, foram libertados sob fiança, após seis anos de prisão em Mumbai. Foram libertados depois que um líder hindu, Aseemananda, ter confessado o envolvimento de um grupo armado de extrema-direita hindu nos atentados.

Pena de morte

Pelo menos 110 pessoas foram condenadas à pena de morte. Porém, pelo sétimo ano consecutivo, nenhuma execução foi levada a cabo. Não obstante, temia-se que as execuções pudessem ser retomadas, depois que as autoridades terem rejeitado os pedidos de clemência de cinco indivíduos condenados à pena capital; entre eles, três que foram condenados pelo assassinato do ex-primeiro-ministro Rajiv Gandhi.

Novas leis, aprovadas em dezembro, previam a pena de morte para pessoas condenadas por atentados "terroristas" contra condutas de gás e de petróleo que resultassem em mortes e, no estado de Gujarat, para as pessoas condenadas por produzir e comercializar bebidas alcoólicas ilegais.

Visitas/relatórios da AI

- ☞ "A lawless law": Detentions under the Jammu and Kashmir Public Safety Act (ASA 20/001/2011)
- ☞ Open letter to India's Minister of Environment and Forests on the threat of leakage from Vedanta Aluminium's red mud pond in Orissa (ASA 20/032/2011)

- ☞ Generalisations, omissions, assumptions: The failings of Vedanta's Environmental Impact Assessments for its bauxite mine and alumina refinery in India's state of Orissa (ASA 20/036/2011)
- ☞ An open letter from Amnesty International to Members of the Jammu and Kashmir Legislative Assembly (ASA 20/046/2011)
- ☞ Indian executions would be blow to human rights (PRE01/274/2011)
- ☞ India urged to implement court ban of anti-Maoist militias (PRE01/340/2011)